

REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA*

REFLECTING ABOUT FAMILY HISTORY EVOLUTION

Maria de Lourdes Centa¹
Ingrid Elsen²

RESUMO: Apresenta-se, de forma sucinta, reflexões sobre a evolução histórica da família, revisitando o início dos tempos; as épocas romano-cristã; da Revolução Francesa; Século XIX com a Reforma Social; Século XX com o movimento feminista e a intervenção de juízes e médicos no ambiente privado da família até os dias de hoje, nos quais predomina a família nuclear. Ao longo da revisão estabeleceu-se um paralelo com a evolução da família no Brasil. A família, hoje, está sendo construída a partir do que é abolido no velho: modelos, mitos e ilusões serão reavaliados de acordo com as novas formas de vivência afetivo-sexual, em que se faz presente o individualismo. Atualmente há predomínio da família nuclear, aumento de relações sexuais pré-conjugais, incidência de gravidez na adolescência, coexistência do casamento monagâmico com uniões consensuais e celibato, aumento do número de separações e divórcio, da existência de duas ou mais uniões sucessivas, famílias com um só chefe, muitas famílias em que o casal trabalha fora e famílias com o número reduzido de filhos.

PALAVRAS CHAVE: Família – História; Relações familiares.

Por sempre ter considerado a família como base para o cuidado integral, na assistência de enfermagem, apresento a seguir reflexões sobre a família, tipos de família e sua evolução histórica na sociedade.

Refletir sobre família é ingressar num universo da realidade, do imaginário, do sonho e da utopia. É rever o passado, viver o presente, pensar o futuro. É ver como a ordem natural pré-estabelecida perdura através dos tempos, mudando apenas a tonalidade, mas permanecendo a essência, ou seja, seus valores, significados, funções e papéis/união, filhos e família.

Atualmente, ter filhos não resulta apenas do impulso reprodutivo. É, também, ato de amor que envolve o desejo geralmente consciente do casal; este desejo se insere em um sistema de parentesco, numa sociedade, em uma rede de pessoas com as quais interage. Na sociedade de tradição romana cristã, ter filho é decorrência da legitimidade do casamento, ou seja, da constituição de uma nova família.

Ter filho é ver como o ontem interfere no hoje e como este alicerça o amanhã. É ver que a família, forma de relação homem mundo, perpassa a temporalidade, ditando suas leis, normas, funções, interferindo na vida dos povos, escrevendo sua história. A história é contada por diversos autores; para elaborar esta síntese da sua evolução, tomei como base os escritos de Engels (1995); Aries (1981); Muraro (1992); Aries; Duby (1992).

Num mundo de relações, entre o público e o privado, vamos encontrar o homem e a mulher desenvolvendo funções e exercendo papéis, para realizarem a maior e a mais simples e complexa produção humana, ou seja, conceber e ter um FILHO. Estes papéis, foram exercidos sob diversas formas, dependendo da época e dos povos. Observa-se que no início dos tempos, na época da selvageria e barbárie, os povos praticavam o heterismo, o que impossibilitava o estabelecimento da linhagem paterna, conferindo a mulher/mãe o título de única progenitora conhecida, fato pelo qual a mulher gozava de grande apreço, respeito e detinha o domínio absoluto do clã (ginecocracia) até a instituição da monogamia. A gens baseava-se no matriarcado, em que a mulher exercia atividades importantes na produção de bens de consumo, sobrevivência da reprodução de seres humanos para a ocupação territorial e perpetuação da espécie.

* Extraído da Tese de Doutorado em Filosofia de Enfermagem. "Do Natural ao Artificial: a trajetória do casal infértil em busca do filho desejado. UTSC.

¹ Prof. Adjunto da Universidade Federal do Paraná, Doutor em Filosofia da Enfermagem. Membro do Grupo de Estudos de Família, Saúde e Desenvolvimento.

² Doutor em Enfermagem, Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina.

A natureza realizava sua seleção natural reduzindo cada vez mais o casamento em grupo até chegar a união entre um homem e uma mulher. Esta evolução teve sua origem com a domesticação de animais e a criação de gado; os povos pastoris foram ganhando terreno; a caça, que em outros tempos servia de subsistência, passa a ser passatempo. Os rebanhos tornaram-se propriedade dos chefes de família, assim como os objetos de metal e os escravos. À medida em que os homens foram acumulando riquezas e assumindo mais posições importantes do que as mulheres, no seio da família, valeram-se destas vantagens para inverter a ordem da herança estabelecida, em proveito dos filhos e com isso aboliram o direito materno, substituído pelo direito paterno. O homem apoderou-se da direção da casa, convertendo a mulher em sua escrava e simples objeto de reprodução, surgindo, então a família patriarcal, monogâmica, na qual, para assegurar a fidelidade feminina e a paternidade de seus filhos, a mulher foi entregue ao poder absoluto do homem.

O domínio do homem sobre a mulher tinha como finalidade principal a procriação de herdeiros, que um dia tomariam posse dos bens do pai (Engels, 1995). Nesta época, exigia-se que a mulher guardasse castidade, mantivesse fidelidade conjugal rigorosa e tolerasse a infidelidade do marido; para ele, ela não passava de mãe de seus filhos legítimos e herdeiros; era aquela que governava a casa e vigiava as escravas, as quais ele, o homem, podia transformar em concubinas.

Com a Revolução Francesa, pretendia-se transformar os costumes e criar um novo homem em aparência, linguagem e sentimentos. Isto, entretanto, fracassou devido a resistência das pessoas e por que os costumes se mostraram mais fortes que as leis. Foi no século XVIII que o público tornou-se coisa do Estado e o privado foi valorizado, ressaltando o sentido familiar. Diferenciaram-se os papéis sexuais, estabelecendo-se a oposição entre homem (público) e mulher (mundo privado).

No século XIX, com a reforma social, o Estado invadiu a vida familiar, legislando sobre o casamento, regulamentando o processo de adoção, determinando os direitos dos filhos naturais, instituindo o divórcio e limitando o poder paterno. Era ele quem garantia os direitos individuais, encorajava a união familiar e paterna.

A mulher, entretanto, continuava imersa na redoma da vida privada. Era identificada pela sua sexualidade e pelo seu corpo: seu útero era quem definia seu lugar na sociedade; tornando-se símbolo da fragilidade, devia ser protegida, pois era o centro do lar e da família. Distanciava-se das atividades públicas (negócios), transformava-se em mãe e dona de casa e com isso dependente do homem, inserido no público e responsável pelo sustento do lar. A família era construída voluntariamente, tendo como chefe o pai.

Na maior parte do mundo, o casamento monogâmico continuava sendo o fundamento de uma família nuclear, cuja afetividade era fortalecida e os filhos ocupavam lugar de destaque. A família era responsável pelo funcionamento econômico; transmissão de patrimônio; produção de crianças e pela sua socialização, pureza e saúde; era ainda a transmissora de valores e agia ligada as tradições religiosas e políticas do meio social. Era a garantia do bom nascimento e do bom sangue. No final do século XIX, toda mãe se ocupava de seu bebê, e essa dedicação aos filhos era expressa até pela instrução deles. Ela se dedicava à essa tarefa, mantendo as diferenças sociais e sexuais da criança. Foi em nome do interesse da criança que, no começo do século XX, ocorreu no Brasil a intervenção de juizes, médicos e policiais no ambiente do privado, tendo os médicos de família (higienistas) ocupado papel de destaque.

O pai, porém, continuava dominando, pois o Código Civil estabelecia a superioridade absoluta do marido e do pai na família, o qual dominava o espaço público e o privado: era ele o senhor do dinheiro e do poder de decisão; dava o nome à prole, o que ainda prevalece nos dias de hoje. Existia nele, entretanto, um constante desejo de ser pai. A paternidade preenchia um vazio intenso; ela era como um desdobramento da existência, uma espécie de imortalidade. A paternidade, para os proletários, constituía simultaneamente a forma mais elementar de sobrevivência, patrimônio e honra. A classe operária se apropria da paternidade/virilidade; essa clássica visão da honra masculina era oriunda das sociedades rurais tradicionais e sobre ela edificava parte de sua identidade.

No começo deste século, iniciou-se, nos Estados Unidos, o movimento feminista individualista, o qual, entre outras coisas, era contra os casamentos "arranjados", isto porque, cada vez mais, as pessoas desejavam uma aliança baseada no amor, e porque os homens não queriam mais esposas submissas e sim, esposas amorosas, alguns almejando até a igualdade de relação. Os papéis da mulher sofreram constante revalorização, perante a uma sociedade interessada no utilitarismo, preocupada com os filhos e atormentada por suas próprias contradições. O feminismo, bem como o discurso da maternidade social, apresentado pela Igreja Católica e pelo Estado, foram introduzidos no direito e estabeleceram princípios.

No período entre 1840-1900, no Brasil, as mulheres brancas administravam o lar, os empregados e os filhos, sendo estes em média 7 por família. Elas já possuíam consciência de si próprias, submetiam-se a códigos, não eram passivas nem resignadas, mas tentavam construir sua própria visão de mundo. Entre suas funções, a principal era dar a luz e cuidar das crianças; sendo costume a utilização de amas de leite entre as mais abastadas, ou seja, as mais pobres amamentarem as “crias” das mais ricas.

O filho ocupava o centro do grupo familiar e era o alvo afetivo, econômico, educativo e existencial, pois como herdeiro representava o futuro da família, seu sonho, seu projeto e sua forma de perpetuar-se através dos tempos. De acordo, entretanto, com as diversas localidades o desejo de ter filhos dependia da vontade dos pais, pois eram levados em conta os fatores ideológicos. Geralmente, este desejo era expresso com grande intensidade não só por causa da linhagem e dos papéis, mas por vontade; pois o sentimento materno por extensão, expressava o sentimento paterno. Isto, entretanto, não chega ao ponto de incluir a adoção na vida do casal, que preferia ter seus próprios filhos, ou seja, filhos de sangue para transmissão de nome. O filho era objeto de amor e a infância um privilégio da vida. A maternidade e a paternidade constituíam valores em alta, o filho já não era relegado a mãe, porque o pai já o exibia como valor.

No Brasil, pela sua extensão territorial, pela biodiversidade de seu continente, pelas diferentes etnias que abrigou desde a época de seu descobrimento, pelo tipo de colonização e influências recebidas do reino, da Igreja e dos higienistas co-habitamos com as mais diferentes formas de viver em família. Atualmente estas formas são representadas pelas famílias indígenas, que vivem no interior de nossas florestas, por aquelas dos grandes centros urbanos e rurais, perpassando pelas famílias constituídas de intelectuais, profissionais liberais, comerciantes, operários, mães solteiras, pais separados e de homossexuais.

Toda família tem uma história e cria a história, dentro da qual estabelece um nível de relacionamento com o ambiente, modificando-o e sendo modificado por ele; a liberdade dos seres humanos em relação ao grupo familiar, e deste perante o ambiente, significa que a partir de uma dada situação e enfrentando um determinado acontecimento, a família tem várias possibilidades de encontrar soluções e vários caminhos para seguir e atingir seus objetivos. Ela reage de modo diversificado em relação ao ambiente que a circunda, caracterizando seu modo de interagir, influenciando os intercâmbios estabelecidos. As pessoas que não compõem o grupo familiar, mas que com ele mantém relação, são fontes de enriquecimento, de sustento em caso de dificuldades e, às vezes, até de conflito, sendo possível utilizar esses recursos como forma de aumentar suas potencialidades (Carvalho, 1995).

Para Ribeiro;Ribeiro (1995), há indícios de que, no Brasil, antes da abolição e Proclamação da República, as classes altas e médias, mais abastadas e intelectualizadas, geravam proles numerosas, valorizando os filhos homens: viabilizavam a perpetuação do nome da família e a condição de classe. Utilizavam a prática de deixar vir os filhos desde o casamento até a menopausa, o que era preconizado pela Igreja, reforçado pela submissão da mulher e apoiado pelos higienistas; entretanto, nas classes menos abastadas, a prole não era numerosa. Havia alta incidência de celibatários. As uniões consensuais ou eventuais produziam filhos ilegítimos, os quais, com frequência, eram abandonados ou doados e parte destas crianças eram recolhidas pelas Santas Casas de Misericórdia; a mortalidade infantil era alta. Ter filhos representava a castidade no matrimônio, a prosperidade e virilidade do homem e a feminilidade e dedicação da mulher. Ter e criar muitos filhos significava dar sua contribuição à sociedade e fortalecer a rede de parentesco consanguíneo e, por afinidade, as suas estratégias de ajuda mútua.

No Brasil, este processo começou a ser revertido a partir do século XIX; no século XX, isto já não acontecia, pois a partir dos anos 40, deste século, eram as classes populares as que mais proliferavam, devido a necessidade de reserva de mão de obra para o processo de industrialização. Este processo gerou uma política de proteção ao trabalhador e a sua família através da obtenção da garantia de casa e escola para seus filhos; salário mínimo, previdência social, salário família, auxílio à natalidade, licença à maternidade. Houve também expansão e melhora do ensino, tanto na rede pública como na particular, tendo a Igreja desempenhado importante papel incentivando o desenvolvimento intelectual da mulher e iniciando sua participação na esfera pública. A igreja estimulava também, sua participação em movimentos que visavam revigorar a fé, a moral e a defender a família de ideologias, quando não estavam de acordo com o estabelecido pelo Catolicismo.

Nos países subdesenvolvidos, os papéis sexuais diferem segundo as classes sociais; na família de camponeses, as mulheres são unidades de produção e reprodução, permanecendo oprimidas. No caso dos

países capitalistas, elas permanecem submissas para não perderem posição, riqueza, “status” e poder; nas de classe média são donas de casa, e defendem os valores tradicionais referentes a sexualidade, educação, economia, política (Muraro, 1992).

Hoje, as profundas mudanças que darão a luz à um novo tipo de sociedade já se iniciaram; vivencia-se um período de importantes inovações tecnológicas, econômicas, políticas e culturais, valorizando-se as emoções, acelerando a troca, estimulando a consciência e obrigando as pessoas a examinarem e revisarem seus valores e instituições. Este é o decênio da liberdade feminina, da idade da biologia, do renascimento das artes e da religião, do triunfo do individualismo, do mercado livre, da globalização, da privatização do Estado, entre outros (Lagos, sd).

No limiar do III Milênio, parece que as mulheres brasileiras acabaram com a separação entre o público e o privado, tentando superar o patriarcado, retomando os valores da solidariedade e da partilha (Muraro, 1992).

Estamos assistindo a troca de paradigmas e com ela a modificação substancial da nossa percepção da realidade e de valores. A sociedade pós-industrial é altamente tecnocrata e organizada de forma global: onde as grandes transformações estão modificando seus esquemas, metas e valores, e também estão transformando as famílias, as quais, muitas vezes, sentem dificuldades para adaptar-se e acompanhar o ritmo acelerado do desenvolvimento em curso.

A família contemporânea brasileira constitui-se numa comunidade de amor, apoio, compreensão e solidariedade que tem seu fundamento na própria família. É com base nesse amor que se elabora o viver em família, porque o vínculo afetivo é o único que une o grupo familiar, fundamenta a qualidade de relações, estabelece os vínculos de interdependência e compatibiliza os projetos de vida familiar, mantendo a individualidade de cada um. Estabelece, portanto, uma dimensão maior à realização pessoal, ao individualismo e a autenticidade; diminui a submissão da mulher, torna-a mais participativa, permitindo-lhe maior participação nas funções públicas, através de sua inserção no mercado de trabalho.

Em nosso país, às famílias urbanas são dadas maiores oportunidades educativas, de trabalho e de salários, ao passo que nas zonas periféricas das cidades se vive miseravelmente, observando-se a exploração do trabalho de crianças, mulheres e jovens.

A família nuclear moderna, com base conjugal, está centrada nos filhos, voltada para a mobilidade social e conta com o apoio e competência de um provedor. Observa-se que nas classes populares a solidariedade é indispensável, mas, ao mesmo tempo, na classe média encontra-se o individualismo, como forma de viver em família. Isto mostra até que ponto a família é autônoma, em sua forma de viver, e que este viver em família está condicionado a classe social à qual pertence o indivíduo. Entre os fatores que influenciam a forma de viver em família encontra-se o local de residência, a corporatividade e o sistema de atitudes. Entre os novos desafios surgem a individualização da mulher, através de política, mercado de trabalho, igualdade de relações, nível de instrução, organizações feministas e outras (Bilac, 1995).

O ideal da família moderna, hoje, caracteriza-se por livre escolha do cônjuge, baseado no amor romântico, laço conjugal e aconchego do lar como refúgio contra pressões externas, em função da importância e centralização dos filhos e do papel de socializadora, exercido pela mãe. Ressalta-se ainda a importância simbólica do sangue (consanguinidade), o que implica participação da rede de parentesco na família nuclear (Lagos, s.d.). Para este autor, a conjugalidade moderna baseia-se em trocas afetivo-sexuais com uma não-demarcação de papéis conjugais, adotando, como ideal, a preservação da autonomia individual, a singularidade, a delegação mútua de autoridade, utilizando mecanismos de troca e de mútua dependência. Utiliza, também, a intimidade, cumplicidade, privacidade e o diálogo, como aspectos positivos da vida a dois.

Atualmente há predomínio da família nuclear, aumento de relações sexuais preconjugais, incidência de gravidez na adolescência, coexistência do casamento monogâmico com uniões consensuais e celibato, aumento do número de separações e divórcios, a existência de duas ou mais uniões sucessivas, famílias com um só chefe, muitas famílias em que o casal trabalha e famílias com número reduzido de filhos (Lagos, s.d.).

O mito evolucionista, entretanto, através da mídia, promove modelos de famílias ideais, geralmente importados, que usualmente não se adaptam a realidade brasileira, criando uma imagem de modernidade, em que a grande massa da população trabalhadora tem papel passivo na evolução cultural do país como, por exemplo, a união de homossexuais. Apesar de todas as transformações ocorridas, a família patriarcal ainda é referência simbólica para a sociedade brasileira (Ribeiro; Ribeiro, 1995).

A família, hoje, está sendo construída a partir do que é abolido no velho: modelos, mitos e ilusões serão reavaliados de acordo com as novas formas de vivência afetivo-sexual, em que se faz presente o individualismo.

Como agente socializador, a família tem no amor e no apoio mútuo do casal a principal determinante da educação dos filhos, a fim de poder desempenhar a importante tarefa de formar hábitos, atitudes e valores.

A busca de uma melhor qualidade de vida pelas famílias é centrada no ser integral, considerando-se as transformações sociais, econômicas e culturais, presentes em sua temporalidade; aspira-se, contudo, ao amor, a paz, a liberdade, a justiça no pleno exercício de seus direitos, compartilhando benefícios e satisfazendo necessidades.

ABSTRACT: On a resumed way, reflection about the historic evolution of the family are presented revisiting the beginning of the times; the roman-christicm epoch, the French revolution; XX century with the social reform; XX century with the feminist moviment and the intervention of judges and doctors on the private circle until nowadays, when nuclear family predominates. Throughout the revisitation a parallel with the evolution of the family in Brasil was established. The family at present is being constructed from what is revoked on the old: models, myths and ilusion will be reassessed acording to the new forms of affective and sexual experience in which individualism is present. Nowaday predominates the nuclear family increase of sexual intercourses before wedding, occurence of pregnanci during adolescence, coexistence of monogamyc marriages with consensual unions and celebacy, increase of the number of separation and divorces, the existence of two or more successive unions, families of one only leader, many families in which the couple works out and families with a reduced number of sons.

KEY WORDS: Family – History; Family relations.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan. 1981
2. ARIÈS, Phillippe, DUBY, Georges. História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.
3. ARIÈS, Phillippe, DUBY, Georges. História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
4. BILAC, Elisabete Dória. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo : Loyola, 1995.
5. ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. 13. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. 1995.
6. LAGOS, Jorge Sepúlveda. Família. In: Conferência Iberoamericana sobre a família. 3., s.d. São Leopoldo.
7. MURARO, Rose Marie. A Mulher do terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 2. ed. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1992.
8. RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo : Loyola, 1995.

